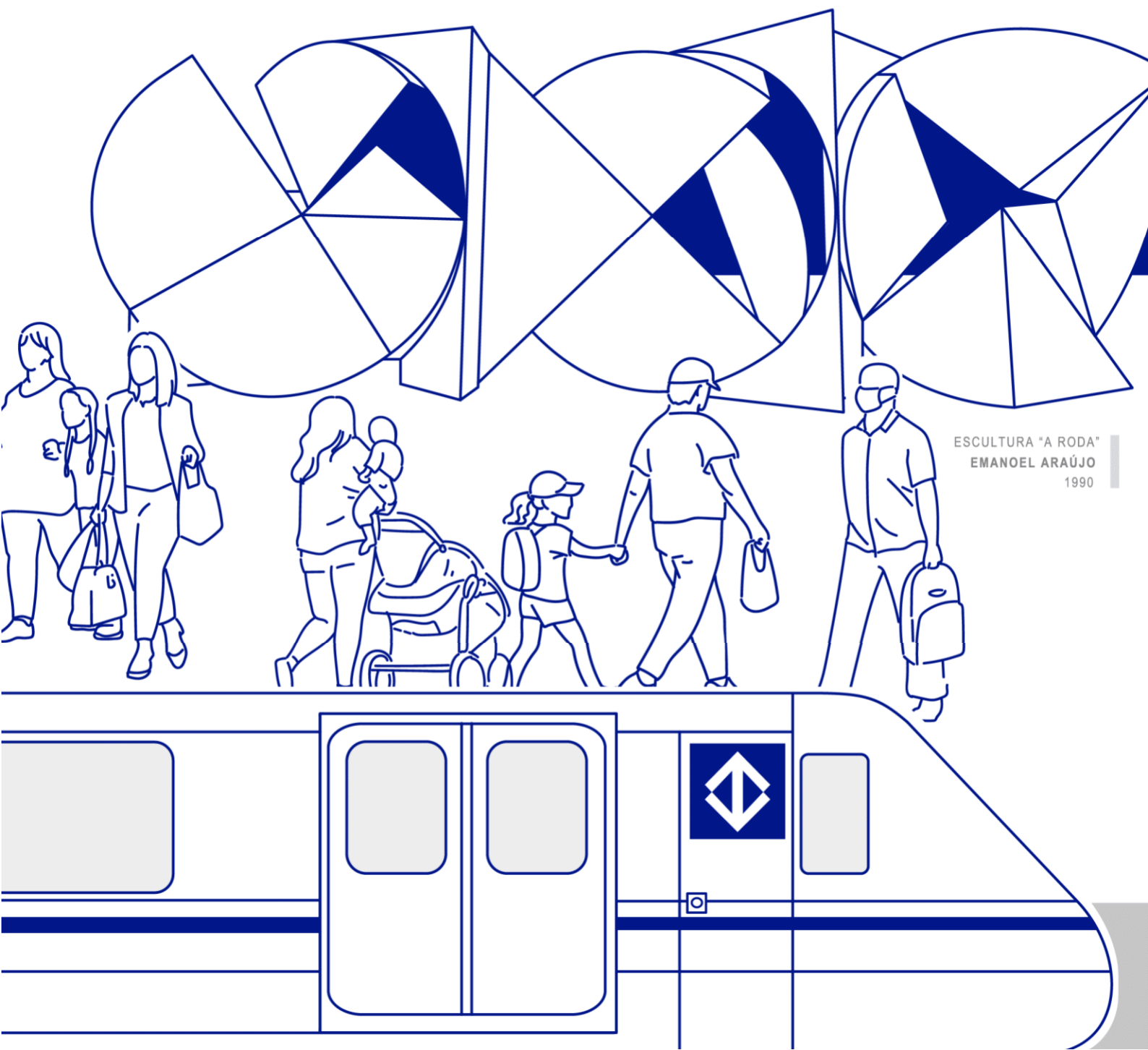




INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS (ITR) 3T24

EM 30 DE SETEMBRO DE 2024
E RELATÓRIO DE REVISÃO DO
AUDITOR INDEPENDENTE



ESCULTURA "A RODA"
EMANOEL ARAÚJO
1990

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Informações trimestrais
Em 30 de setembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Sumário

Composição do Conselho de Administração	03
Relatório do Auditor Independente sobre as informações trimestrais	04
Declaração dos diretores sobre as informações trimestrais.....	07
Declaração dos diretores sobre o relatório do auditor independente	08
Balancos patrimoniais	09
Demonstrações dos resultados	11
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	14
Demonstrações dos valores adicionados	15
Notas explicativas às informações trimestrais	16



Composição do Conselho de Administração

Presidente

Milton Frasson

Membros:

Antonio Julio Castiglioni Neto

Carlos Roberto de Albuquerque Sá

Cleyton Ricardo Batista

Daniel Rodrigues Aldigueri

Fabiano Martins de Oliveira

Gustavo Villaça Vargas Sampaio Braga

Mauro Antônio Gumiero Voltarelli

João Jorge Fadel Filho

Rodrigo Bezerra da Silva

Wagner Fajardo Pereira

RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô. ("Companhia"), referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2024, que compreende o balanço patrimonial nesta data e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findos naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21(R4) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21(R4) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfase

Delação premiada de ex-diretor da Companhia

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1, itens (i e ii) “Denúncias envolvendo o Metrô - Cartel do setor Metroferroviário e Empreiteiras (Operação Lava Jato)” e (iii) “Impactos decorrentes da delação premiada” às informações contábeis intermediárias, que apresenta informação sobre delação premiada de ex-diretor da Companhia celebrada com o Ministério Público Federal. Com base no estágio atual de conhecimento do assunto pela Companhia, nenhuma provisão foi constituída nas informações contábeis intermediárias. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse tema.

Dependência econômica do acionista controlador

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias, a Companhia incorreu em prejuízo de R\$ 735.802 durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2024 (R\$ 915.376 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023). Naquela data, o passivo circulante da Companhia excedeu o ativo circulante, desconsiderando os ativos mantidos para venda, em R\$ 357.404 (R\$ 399.953 em 31 de dezembro de 2023), causado principalmente, pelo registro no passivo circulante de fornecedores, adiantamento de clientes e remunerações e encargos a pagar no montante de R\$ 993.071 (R\$ 1.233.613 em 31 de dezembro de 2023). Adicionalmente, mesmo com o fim da pandemia, a demanda de transporte continua em níveis inferiores ao apresentado pré-pandemia, impactando na geração de receitas e de fluxo de caixa no curto prazo. Contudo, a Administração e o acionista controlador da Companhia mantém o compromisso de seguir o modelo de negócios pré-estabelecido que visa o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, por meio de aportes de capital e subvenções financeiras, com intuito da manutenção do seu fluxo de caixa operacional a curto e médio prazos. Adicionalmente, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 1 - Dependência orçamentária do Governo do Estado de São Paulo, houve a edição da Lei Estadual nº 17.863/23 que caracteriza a Companhia como empresa estatal dependente e tem suas receitas orçadas e suas despesas fixadas por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA), corroborando o intuito da busca pelo equilíbrio econômico-financeiro da Companhia. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

As informações contábeis intermediárias acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesta Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias.



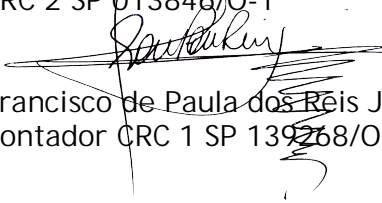
Auditoria e revisão dos valores correspondentes

A auditoria das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023 e a revisão das informações contábeis intermediárias, relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, apresentados para fins de comparação foram conduzidas sob responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram os relatórios de auditoria e de revisão, contendo parágrafo de ênfase referente a "Delação premiada de ex-diretor da Companhia" e "Dependência econômica do acionista controlador" datados em 14 de março de 2024 e 09 de novembro de 2023, respectivamente.

São Paulo, 07 de novembro de 2024.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1


Francisco de Paula dos Reis Júnior
Contador CRC 1 SP 139268/O-6

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Informações trimestrais
Em 30 de setembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Declaração dos diretores sobre as informações trimestrais

Declaro, na qualidade de Diretor da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô, empresa pública com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Boa Vista, nº 175, CEP 01014-920, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.070.362/0001-06, que juntamente com os demais membros da Diretoria Executiva da Companhia revii, discuti e concordei com as informações trimestrais da Companhia referente aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2024.

São Paulo, 07 de novembro de 2024.

Antonio Julio Castiglioni Neto
Diretor-Presidente e Diretor Comercial em exercício

Leandro Kojima
Diretor de Assuntos Corporativos

Paulo Menezes Figueiredo
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

Fábio Siqueira Netto
Diretor de Operações

Paulo Sérgio Amalfi Meca
Diretor de Engenharia e Planejamento

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Informações trimestrais
Em 30 de setembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Declaração dos diretores sobre o parecer do auditor independente

Declaro, na qualidade de Diretor da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô, empresa pública com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Boa Vista, nº 175, CEP 01014-920, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.070.362/0001-06, que juntamente com os demais membros da Diretoria Executiva da Companhia revii, discuti e concordei com a opinião expressada no relatório dos auditores independentes, referente as informações trimestrais da Companhia nos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2024.

São Paulo, 07 de novembro de 2024.

Antonio Julio Castiglioni Neto
Diretor-Presidente e Diretor Comercial em exercício

Leandro Kojima
Diretor de Assuntos Corporativos

Paulo Menezes Figueiredo
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

Fábio Siqueira Netto
Diretor de Operações

Paulo Sérgio Amalfi Meca
Diretor de Engenharia e Planejamento

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Balancos Patrimoniais

Em 30 de setembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ativo	Nota explicativa	30/09/2024	31/12/2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	414.404	307.497
Títulos e valores mobiliários		24.306	4.919
Contas a receber	4	114.627	494.719
Estoques	5	208.760	208.417
Tributos a recuperar		8.772	6.651
Outros ativos		47.687	31.458
		<u>818.556</u>	<u>1.053.661</u>
Ativos mantidos para venda	6	3.547	8.388
		<u>822.103</u>	<u>1.062.049</u>
Não circulante			
Contas a receber	4	6.465	5.443
Caixa restrito	7	40.544	45.879
Depósitos judiciais	8	108.963	197.988
Outros ativos		89.409	64.765
Investimentos	9	219.489	67.966
Imobilizado	10	41.450.958	39.598.762
Intangível	11	53.408	46.089
		<u>41.969.236</u>	<u>40.026.892</u>
Total do ativo		<u>42.791.339</u>	<u>41.088.941</u>

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Balancos Patrimoniais

Em 30 de setembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Passivo	Nota explicativa	30/09/2024	31/12/2023
Circulante			
Fornecedores	13	303.835	569.318
Debêntures	14	112.992	113.181
Impostos e contribuições a recolher	15	29.276	69.116
Remunerações e encargos a pagar	16	278.899	254.247
Adiantamento de clientes	17	410.337	410.048
Partes relacionadas	18	30.962	32.672
Passivo de arrendamento	19	4.115	-
Outras contas e despesas a pagar		5.544	5.032
		<u>1.175.960</u>	<u>1.453.614</u>
Não circulante			
Debêntures	14	178.095	262.457
Remunerações e encargos a pagar	16	30.987	30.124
Adiantamento de clientes	17	429.727	438.204
Plano de previdência suplementar	20.2	64.447	60.244
Provisão para processos judiciais	21	1.599.573	1.533.600
Partes relacionadas	18	234.745	240.293
Passivo de arrendamento	19	4.026	-
Outras contas e despesas a pagar		3.471	3.471
		<u>2.545.071</u>	<u>2.568.393</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	22.2	48.404.386	48.404.386
Adiantamento para futuro aumento de capital	22.2	2.719.789	-
Ações em tesouraria		(16)	(16)
Ajustes de avaliação patrimonial		118.911	99.524
Prejuízos acumulados		(12.172.762)	(11.436.960)
		<u>39.070.308</u>	<u>37.066.934</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>42.791.339</u>	<u>41.088.941</u>

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Demonstrações de resultados
Em 30 de setembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota explicativa	Três meses findo em		Nove meses findo em	
		30/09/2024	30/09/2023	30/09/2024	30/09/2023
Receita operacional líquida	23	682.911	598.311	1.967.363	1.726.443
Custo dos serviços prestados	24	<u>(644.436)</u>	<u>(695.182)</u>	<u>(2.013.232)</u>	<u>(1.952.326)</u>
Lucro (prejuízo) bruto		38.475	(96.871)	(45.869)	(225.883)
Receitas (despesas) operacionais	24				
Despesas com vendas		(4.268)	(12.112)	(18.591)	(40.636)
Despesas gerais e administrativas		(209.271)	(253.942)	(681.373)	(792.051)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		<u>6.289</u>	<u>113.844</u>	<u>(12.741)</u>	<u>193.821</u>
		<u>(207.250)</u>	<u>(152.210)</u>	<u>(712.705)</u>	<u>(638.866)</u>
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		<u>(168.775)</u>	<u>(249.081)</u>	<u>(758.574)</u>	<u>(864.749)</u>
Resultado financeiro, líquido	25				
Receitas financeiras		9.254	4.373	36.519	21.701
Despesas financeiras		(16.156)	(20.825)	(54.695)	(80.658)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		<u>19.956</u>	<u>1.127</u>	<u>40.948</u>	<u>(1.540)</u>
		<u>13.054</u>	<u>(15.325)</u>	<u>22.772</u>	<u>(60.497)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(155.721)</u>	<u>(264.406)</u>	<u>(735.802)</u>	<u>(925.246)</u>
Imposto de renda e contribuição social Diferidos	26	-	-	-	9.870
Prejuízo do período		<u>(155.721)</u>	<u>(264.406)</u>	<u>(735.802)</u>	<u>(915.376)</u>
Prejuízo do período por ação (em R\$) Básico - ON	27.1	(17,09)	(31,24)	(80,77)	(108,16)

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Demonstrações dos resultados abrangentes
Em 30 de setembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Três meses findo em		Nove meses findo em	
	30/09/2024	30/09/2023	30/09/2024	30/09/2023
Prejuízo do período	<u>(155.721)</u>	<u>(264.406)</u>	<u>(735.802)</u>	<u>(915.376)</u>
Valor justo sobre títulos e valores mobiliários	-	-	19.387	(555)
Total do resultado abrangente	<u>(155.721)</u>	<u>(264.406)</u>	<u>(716.415)</u>	<u>(915.931)</u>

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em 30 de setembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
<u>Saldos em 31 de dezembro de 2022</u>	<u>45.690.396</u>	<u>-</u>	<u>(16)</u>	<u>152.858</u>	<u>(10.536.784)</u>	<u>35.306.454</u>
Prejuízo do período	-	-	-	-	(915.376)	(915.376)
Valor justo sobre títulos e valores mobiliários	-	-	-	(555)	-	(555)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	1.965.984	-	-	-	1.965.984
<u>Saldos em 30 de setembro de 2023</u>	<u>45.690.396</u>	<u>1.965.984</u>	<u>(16)</u>	<u>152.303</u>	<u>(11.452.160)</u>	<u>36.356.507</u>
<u>Saldos em 31 de dezembro de 2023</u>	<u>48.404.386</u>	<u>-</u>	<u>(16)</u>	<u>99.524</u>	<u>(11.436.960)</u>	<u>37.066.934</u>
Prejuízo do período	-	-	-	-	(735.802)	(735.802)
Valor justo de títulos e valores mobiliários	-	-	-	19.387	-	19.387
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	2.719.789	-	-	-	2.719.789
<u>Saldos em 30 de setembro de 2024</u>	<u>48.404.386</u>	<u>2.719.789</u>	<u>(16)</u>	<u>118.911</u>	<u>(12.172.762)</u>	<u>39.070.308</u>

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Demonstrações dos fluxos de caixas
Em 30 de setembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



	30/09/2024	30/09/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período	(735.802)	(915.376)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	619.931	539.762
Resultado na venda de investimentos	-	(1.325)
Baixa de ativos imobilizados e intangíveis	37.131	44
Juros sobre debêntures	39.166	54.754
Juros sobre arrendamento	411	-
Impostos diferidos	-	(9.870)
Juros sobre passivo atuarial	4.202	369
Provisão e atualizações para contencioso judicial e administrativo, líquida	65.973	22.901
Constituição de perda de crédito esperada	12.336	45.111
Provisão participação nos resultados	-	34.483
Provisão para perda obsolescência de estoque, líquida	(3.672)	(381)
Resultado líquido ajustado	<u>39.676</u>	<u>(229.528)</u>
Variação nos ativos operacionais		
Contas a receber	366.734	(44.092)
Estoques	3.329	3.785
Tributos a recuperar	(2.121)	(2.725)
Depósitos judiciais	89.025	8.866
Outros ativos	(40.873)	(44.543)
Variação nos passivos operacionais		
Fornecedores	(248.035)	83.082
Remunerações e encargos a pagar	25.515	142.868
Impostos e contribuições a recolher	(39.840)	38.245
Adiantamento de clientes	(8.188)	(15.503)
Partes relacionadas	(7.258)	1.398
Outras contas e despesas a pagar	512	173
Caixa líquido (aplicado)/gerado nas atividades operacionais	<u>178.476</u>	<u>(57.974)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(2.646.036)	(1.866.834)
Aquisição de intangível	(25.272)	(26.076)
Alienação de ativos	-	1.325
Caixa restrito	5.335	(17.242)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(2.665.973)</u>	<u>(1.908.827)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.719.789	1.965.984
Amortização do principal sobre debêntures	(85.715)	-
Pagamento de juros sobre debêntures	(38.002)	(35.321)
Pagamento de arrendamento	(1.668)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	<u>2.594.404</u>	<u>1.930.663</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>106.907</u>	<u>(36.138)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	307.497	362.566
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	414.404	326.428
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>106.907</u>	<u>(36.138)</u>
Transações que não afetaram o caixa		
Fornecedores de ativo imobilizado	17.448	
Direito de uso de veículos (imobilizado/arrendamento a pagar)	9.399	

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Demonstrações dos valores adicionados
Em 30 de setembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



	30/09/2024	30/09/2023
Receitas		
Receita de prestação de serviços e outras	2.022.698	1.776.653
Outras receitas	28.186	11.120
Constituição / (reversão) de perda de crédito esperada, líquida	(11.357)	(37.083)
	<u>2.039.527</u>	<u>1.750.690</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(329.299)	(339.960)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(266.044)	(337.297)
Perdas com ativos	(39.310)	(21.869)
	<u>(634.653)</u>	<u>(699.126)</u>
Valor adicionado bruto	1.404.874	1.051.564
Depreciação e amortização	(619.931)	(539.762)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>784.942</u>	<u>511.802</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Juros, lucros e dividendos sobre ações	480	634
Receitas financeiras	87.303	27.402
Receitas de subvenção	-	196.315
	<u>87.783</u>	<u>224.351</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>872.726</u>	<u>736.153</u>
Empregados		
Remuneração Direta	832.481	891.052
Benefícios	235.404	282.268
F.G.T.S.	117.542	91.079
Outros	201.275	111.713
	<u>1.386.702</u>	<u>1.376.112</u>
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	153.918	174.754
Estaduais	(9)	-
Municipais	2.321	2.963
	<u>156.230</u>	<u>177.717</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e variações monetárias	54.881	85.483
Aluguéis	10.715	12.217
	<u>65.596</u>	<u>97.700</u>
Remuneração de capitais próprios		
Prejuízo do período	(735.802)	(915.376)
	<u>(735.802)</u>	<u>(915.376)</u>
Valor adicionado total distribuído	<u>872.726</u>	<u>736.153</u>

1 Contexto operacional

A Companhia do Metropolitano de São Paulo (“Companhia” ou “Metrô”), é uma empresa pública com sede social em São Paulo – SP na Rua Boa Vista, nº 175, Bloco B, 7º andar, que tem como acionista controlador o Governo do Estado de São Paulo - GESP, com 97,77% das ações ordinárias. A Companhia obteve em 6 de janeiro de 2023, o registro de Companhia Aberta - Categoria B, de acordo com a Resolução Nº 80 da Comissão de Valores Mobiliários “CVM”. Nesta condição, a Companhia está autorizada apenas a emitir títulos e valores mobiliários, não podendo negociar suas ações em Bolsa de Valores.

A Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos - STM, órgão do GESP, é responsável pelo planejamento e execução da política de transporte urbano de passageiros da região metropolitana de São Paulo.

A Companhia tem por objeto social, essencialmente:

- Operação comercial de prestação de serviço de transporte metroviário de passageiros;
- Planejamento de redes metroviárias e de transportes para a região metropolitana de São Paulo – RMSP;
- A construção e implementação de novos empreendimentos e sistemas metroferroviários;
- A exploração comercial de negócios adjacentes através dos espaços e ativos metroviários;
- Prestação de serviços e consultoria especializada em tecnologia.

O Metrô possui atualmente 4 (quatro) linhas comerciais em operação na cidade de São Paulo, sendo a Linha 1 – Azul (Jabaquara - Tucuruvi), Linha 2 – Verde (Vila Madalena - Vila Prudente), Linha 3 – Vermelha (Corinthians-Itaquera – Palmeiras-Barra Funda) e Linha 15 – Prata (Vila Prudente – Jardim Colonial). Estas linhas operam de forma integradas e, conjuntamente, cobrem 71,4 quilômetros de extensão e transportaram a média de 2,9 milhões de passageiros nos dias úteis do trimestre findo em 30 de setembro de 2024.

As principais obras em execução são: a extensão da Linha 2 – Verde (trecho Orfanato – Penha), a extensão da Linha 15 – Prata (trecho Ipiranga – Jacu-Pêssego incluindo Pátio Ragueb Chohfi) e a Linha 17 – Ouro (trecho Jd. Aeroporto – Congonhas – Morumbi (CPTM) e Pátio Água Espraiada), no sistema de transporte em mon trilhos.

Linha 4 – Amarela: encontra-se em concessão à iniciativa privada, para o Consórcio ViaQuatro, o trecho Vila Sônia – Luz pelo prazo de 30 anos, com previsão de término em 21 de junho de 2040. A Linha 4 – Amarela faz integração com a Linha 1 – Azul na Estação Luz, com a Linha 2 – Verde na estação Paulista e com Linha 3 – Vermelha na estação República.

Linha 5 – Lilás: encontra-se em concessão à iniciativa privada, para o Consórcio ViaMobilidade, o trecho Capão Redondo – Chácara Klabin pelo prazo de 20 anos, com término em 4 de agosto de 2038. A Linha 5 – Lilás faz integração com a Linha 1 – Azul na Estação Santa Cruz e com a Linha 2 – Verde na estação Chácara Klabin, e fará integração com a futura Linha 17 – Ouro (sistema mon trilho) na estação Campo Belo.

Linha 6 – Laranja: neste modelo, tanto a construção quanto a operação foram concedidas à iniciativa privada pelo GESP. O projeto prevê a ligação entre o bairro de Vila Brasilândia e a estação São Joaquim, já existente na Linha 1 – Azul. O prazo de concessão será de 19 anos após a conclusão das obras.

Dependência orçamentária do Governo do Estado de São Paulo:

Com base na Lei estadual nº 17.863 de 22 de dezembro de 2023, que orça a receita e fixa despesa do Estado para o exercício de 2024 (LOA 2024), a Companhia passou a se enquadrar na condição de empresa estatal dependente, nos termos da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, e Portaria nº 589, de 27 de dezembro de 2001, da Secretaria do Tesouro Nacional.

A condição de dependente decorre do recebimento de subvenção para custeio das atividades operacionais no exercício de 2023, e devido à inclusão de despesas operacionais da Companhia no orçamento do Estado, aprovado na Assembleia Legislativa (LOA) em 22 de dezembro de 2023. Dessa forma, a condição de empresa dependente não afeta a capacidade de liquidez da Companhia, mas sim a necessidade de obtenção de aprovações prévias do acionista para certas contratações, entretanto, com recursos financeiros garantidos pelo Estado. Até 30 de setembro de 2024, a Companhia não recebeu aportes de subvenção para custeio do Governo do Estado de São Paulo.

Destaca-se que a condição econômico-financeira da Companhia foi afetada nos últimos anos pelos impactos da pandemia da Covid-19 e, mesmo após o fim das medidas restritiva impostas para combater a pandemia, observa-se redução na quantidade de passageiros transportados, uma vez que as mudanças nos hábitos de vida, tais como: a adoção do modelo híbrido de trabalho, a migração para o modelo virtual de aprendizagem e o crescimento do uso do transporte individual foram incorporadas por uma parcela da população. Importante destacar que a Companhia está sujeita ao estabelecimento de sua tarifa através de políticas públicas definidas pela Secretaria Transportes Metropolitanos - STM, conforme detalhado na nota explicativa nº 1. Entretanto, a Companhia mantém seu compromisso de executar todas as medidas necessárias para restabelecer seu equilíbrio econômico-financeiro.

Entre os principais eventos ocorridos nos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2024, destacamos:

i) Apoio as linhas concedidas

Durante os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2024, o Governo do Estado de São Paulo – GESP aportou recursos financeiros, por meio da Lei nº 17.614 de 26 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 240.409 e R\$ 681.746 respectivamente (R\$ 216.020 e R\$ 667.857 em 30 de setembro de 2023), como apoio às Parcerias Público-Privadas - PPP, a fim de cobrir os montantes de perdas financeiras geradas devido ao impacto das concessões no sistema de arrecadação.

ii) Reajuste de preços das tarifas públicas de transporte

Em 28 de dezembro de 2023, a Secretaria dos Transportes Metropolitanos - STM, através da Resolução nº 52/23 reajustou, a partir de 01 de janeiro de 2024, a tarifa básica do Sistema Metroferroviário de R\$ 4,40 para R\$ 5,00, um aumento de 13,6%. Esse reajuste é desdobrado para toda estrutura de tarifas aplicadas pela Companhia.

iii) Indicadores

No período findo em 30 de setembro de 2024, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 353.857 (R\$ 753.863 em 30 de setembro de 2023). Nos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2024 apurou prejuízo de R\$ 155.721 e de R\$ 735.802 respectivamente, e fluxo de caixa operacional positivo de R\$ 178.477 em nove meses findo em 30 de setembro de 2024. Em 30 de setembro de 2023, o prejuízo apurado foi de R\$ 264.406 e de R\$ 915.376 e o fluxo de caixa operacional negativo em R\$ 57.974 em nove meses findo em 30 de setembro de 2023.

Denúncias envolvendo o Metrô – Cartel do setor Metroferroviário e Empreiteiras (Operação Lava Jato)

i) Cartel do setor Metroferroviário:

Em 2013, a Procuradoria Geral do Estado, o Metrô e a CPTM propuseram ação judicial contra seis empresas em busca de indenizações decorrentes da prática de cartel na aquisição de trens e sistemas, baseados no acordo de leniência feito pela empresa Siemens junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. Os contratos relacionados ao Metrô tratados nesta ação judicial são: concorrência internacional nº 40015212 para extensão da linha 2-Verde e contrato nº 4001521201 para implantação de sistemas para o trecho Ana Rosa - Ipiranga e sistema complementares para o trecho Ana Rosa - Vila Madalena da Linha 2 - verde do Metrô de São Paulo.

A referida ação está em fase inicial, aguardando as citações de todas as empresas demandadas para apresentação de respostas.

O acordo mencionava uma atuação das empresas do setor metroferroviário no mundo, para coordenadamente burlarem a competitividade de mercado, entre 1998 e 2013.

No âmbito do CADE, dentre os casos abordados no Processo Administrativo n. 08700.004617/2013-41, detectou-se a realização das Concorrências 41377212 e 41377213 – que tiveram por objeto a prestação de serviços de modernização de trens com elaboração de projeto executivo e fornecimento de equipamentos para as frotas das Linhas 1- Azul e 3- Vermelha do metrô de São Paulo; concluiu-se pela existência de superfaturamento. Identificou-se, também, a Concorrência 40015212/2005 para execução de projeto executivo, fornecimento e implantação de sistemas para o trecho Ana Rosa – Ipiranga e sistemas complementares para o trecho Ana Rosa – Vila Madalena da Linha 2 – Verde do Metrô de São Paulo; segundo julgado do CADE, tendo sido objeto de acordo anticompetitivo.

Em 10 de julho de 2019, foi proferida decisão pelo CADE condenando empresas pela formação de cartel e apresentados recursos em face da decisão proferida. Houve interposição de recursos de Embargos de Declaração com efeito suspensivo; após análise os recursos foram rejeitados parcialmente. Em 22 de dezembro de 2020 houve o trânsito em julgado do caso perante o CADE.

Em 17 de março de 2023, foi prolatado despacho pela Corregedoria do CADE para informar que o registro da inscrição da sanção aplicada à empresa ALSTOM Brasil Energia e Transporte Ltda. foi suspensa, conforme decisão proferida no seio do processo judicial n. 1050563-97.2020.4.01.3400 (TRF 1 Região).

Diante do curso do processo, a Companhia analisa eventuais reflexos e perdas em seu patrimônio líquido no período findo em 30 de setembro de 2024, sendo que há expectativa de êxito à Companhia para ressarcimento dos eventuais prejuízos decorrentes da conduta das empresas envolvidas, uma vez que os contratos tidos por irregulares estão incluídos na ação judicial supracitada.

ii) *Cartel de Empreiteiras – Operação Lava Jato:*

Em 2017, o CADE instaurou processo administrativo n. 08700.003241/2017-81 para apurar a formação de cartel por empreiteiras que atuaram em licitações públicas, incluindo obras de metrô em sete Estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul) e no Distrito Federal.

A apuração tramita perante autarquia federal e se vale de informações obtidas por meio de acordo de leniência firmado junto àquele Conselho pela construtora Camargo Corrêa e pelo Ministério Público Federal – MPF, tendo a investigação recebido contribuições de desdobramentos da 23ª fase da Operação Lava Jato.

O suposto esquema envolvia cinco empresas principais (“G-5”): Construções e Comércio Camargo Correa S.A.; Construtora Andrade Gutierrez S.A.; Construtora Norberto Odebrecht S.A.; Construtora OAS S.A.; Construtora Queiroz Galvão S.A com autorização para operar o equipamento “Shield”, comumente conhecido como “Tatuzão”, utilizado para projetos de construção de túneis metroviários, entre 1998 e 2014. Tais empresas teriam se organizado para a prática de condutas anticompetitivas.

Conforme informação contida no “histórico de conduta” (que faz parte do Acordo de Leniência), de acordo com os signatários, o mercado afetado pelas práticas anticompetitivas descritas abarca projetos de infraestrutura de transporte de passageiros sobre trilhos (em especial metrô e monotrilho) em licitações públicas no Brasil. As práticas relatadas foram, essencialmente, a execução das obras civis, contemplando obra bruta e acabamento e via permanente (não incluindo projetos de sistemas auxiliares, nem a compra ou manutenção do material rodante).

O relato dos signatários do Acordo de Leniência indica a concretização de acordos anticompetitivos para as obras das linhas 2 – Verde (Concorrência nº 40208212) e 5 - Lilás do Metrô (Concorrência nº 41428212).

Por oportuno, em 11 de dezembro 2023, houve a publicação, no Diário Oficial da União, de decisão que determinou a suspensão do Processo Administrativo n. 08700.003241/2017-81 do CADE.

A aludida suspensão deu-se em virtude de ordem judicial proferida no bojo do Mandado de Segurança Cível de nº 1109894-05.2023.4.01.3400 (que tramita na Seção Judiciária do Distrito Federal). Assim, ficou suspenso o processo administrativo do CADE em comento – aplicando-se a todos os representados constantes no processo-, em cumprimento ao comando judicial emitido pela referida autoridade judiciária.

Há uma ação de improbidade administrativa proposta pelo Ministério Público Estadual, em 2011, que foi julgada procedente em 1º grau e confirmada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Foram interpostos recursos às instâncias extraordinárias pelas empresas. A condenação imposta às contratadas das obras civis da Linha 5 – Lilás, ainda não transitada em julgado, foi no percentual de 17% do valor de cada contrato.

Em janeiro de 2021, a Companhia do Metrô, deu início a um cumprimento provisório do julgado em face das empresas Construtora Andrade Gutierrez S.A., Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A., Construtora Norberto Odebrecht Brasil S.A; Construtora Queiroz Galvão S.A. e Construtora OAS Ltda., no valor de R\$ 1.502.903, conforme condenação do julgado. A execução, contudo, foi suspensa em 10 de fevereiro de 2021 por decisão do Superior Tribunal de Justiça, não houve atualizações materiais deste a citada data. No estágio atual, aguarda-se o julgamento dos recursos interpostos pelas empreiteiras no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal.

iii) Impactos decorrentes de delação premiada – Operação Lava Jato

Durante o terceiro trimestre de 2019, a Companhia tomou conhecimento de que o ex-diretor Sérgio Correia Brasil, firmou acordo de delação premiada junto à Justiça Federal na operação Lava Jato para prestar esclarecimentos sobre fatos ocorridos durante os períodos de licitação e construção das linhas 2 - Verde, 5 - Lilás e 6 - Laranja. Segundo o delator, os episódios envolvendo o pagamento de propina teriam ocorrido entre 2004 e 2014. Embora Sérgio Correia Brasil tenha negociado o pagamento de aproximadamente R\$ 6.600 a título de ressarcimento aos cofres públicos, devido ao fato de o processo tramitar em segredo de justiça, a Companhia ainda não possui elementos materiais que possam ser utilizados como base para qualquer avaliação sobre os impactos decorrentes de eventuais perdas a serem refletidas nas Informações Trimestrais do período findo em 30 de setembro de 2024.

Houve discussão sobre a competência entre a Justiça Federal e a Justiça Estadual para julgar as ações penais nº 0107992-40.2018.8.26.0050 e 0033961-49.2018.8.26.0050 que tramitavam na esfera Estadual, nas quais o Sr. Sérgio Correia Brasil é réu, tendo sido declarada a competência da Justiça Federal.

O processo nº 0005803-30.2017.4.03.6181, em curso perante a 3ª Vara Criminal Federal, originado por denúncia do Ministério Público Federal contra 14 (quatorze) réus, entre eles o Sr. Sergio Correia Brasil, tendo por objeto suposta prática de ilícitos de corrupção passiva e ativa, e do qual contam acordos de colaboração premiada dos réus e respectivos documentos comprobatórios das práticas ilícitas, encontra-se na fase de instrução, ainda sem decisão de 1ª instância, e que estava em curso em segredo de justiça, teve o sigilo dos autos transferido para os documentos, tendo sido concedida vista de algumas peças processuais. A Companhia do Metrô teve acesso as peças processuais consistentes em respostas dos acusados à denúncia, despachos judiciais, pronunciamentos do Ministério Público Federal, habeas corpus impetrados por alguns dos réus e respectivos julgamentos, mas não lhe foi dado conhecer o Acordo de Colaboração Premiada de seu ex-empregado, nem de seus Anexos, e nem mesmo dos outros réus.

Tendo em vista as decisões favoráveis nos habeas corpus impetrados pelos Réus não colaboradores e por dois réus colaboradores para trancamento da ação penal, sob o argumento que a denúncia estava alicerçada somente em elementos oriundos da palavra de colaboradores, neste momento processual, só restaram no polo passivo cinco Réus que celebraram acordo de colaboração premiada com o MPF: Fábio Andreani Gandolfo; Benedicto da Silva Júnior; Celso da Fonseca Rodrigues; Arnaldo Cumplido de Souza e Sergio Correa Brasil. Logo, não há na ação penal nenhum réu não colaborador. O processo criminal está suspenso aguardando o trânsito em julgado do HC impetrado pelo Réu colaborador Anuar Benedito Caram que teve a ordem concedida para trancar a ação penal contra ele e aguarda julgamento do recurso do MPF.

Há uma ação de improbidade administrativa ajuizada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, contra Sergio Correa Brasil, Gilmar Alves Tavares e AVBS Consultoria e Representação – Eireli, processo nº 1037523-40.2018.8.26.0053, 9ª Vara da Fazenda Pública, que tem origem na colaboração feita pelos representantes da empresa Camargo Correa, perante o Ministério Público Estadual, acerca do conluio havido entre as empresas que participaram da licitação para as obras civis da Linha 5 – Lilás (Concorrência nº 41428212). O valor da ação é de R\$ 336.916, com determinação de bloqueio de bens dos réus da ação. O pedido da ação foi julgado procedente, condenando os réus ao pagamento de multa civil equivalente ao acréscimo patrimonial de R\$ 2.500, bem como condenando de forma solidária ao ressarcimento integral do dano material causado, de R\$ 326.915. O recurso de apelação foi provido em parte para adequar o valor da condenação a título de ressarcimento ao Erário, adotando o mesmo percentual adotado no julgamento dos recursos de apelação interpostos nos autos 0041369-29.20188.8.26.0053.

Tendo em vista o apurado em procedimento correccional da Corregedoria Geral da Administração (“CGA”), que o ex-empregado do Metrô Sérgio Correa Brasil teria praticado atos de improbidade com aumento desproporcional de patrimônio, foi proposta ação judicial indenizatória por ato de improbidade, processo nº 1071192-45.2022.8.26.0053, que visa ao reconhecimento da prática de atos ímprobos e ressarcimento de danos, com o pedido de condenação ao perdimento de bens acrescidos ilicitamente pela conduta praticada. O processo está na fase postulatória, com a citação do demandado.

A alta Administração reforça constantemente junto aos colaboradores, clientes e fornecedores seu compromisso de melhoria contínua nos seus programas de controles internos e compliance e vem tomando medidas internas para que haja o reforço de ações que tenham condições de mitigar atos de improbidade ou contrários às regras de governança estabelecidas pela Companhia.

2 Apresentação das informações trimestrais

2.1 Declaração de conformidade, base de preparação e apresentação

As informações trimestrais foram elaboradas de acordo com a norma NBC TG 21 (R4) (demonstração intermediária) e são apresentadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em sua gestão.

A emissão dessas informações trimestrais foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 07 de novembro de 2024.

As informações trimestrais da Companhia foram elaboradas com base no Real (“R\$”) como moeda funcional e de apresentação e estão expressas em milhares de Reais, bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. Os itens divulgados em outras moedas estão devidamente identificados, quando aplicável.

A preparação das informações trimestrais da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas de forma contínua.

As informações trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa mensuradas pelo valor justo;
- Títulos e valores mobiliários mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A demonstração do valor adicionado – DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essa demonstração foi preparada de acordo com a NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

As informações trimestrais – ITR aqui apresentadas foram preparadas com base nas políticas, práticas contábeis e métodos de mensuração de estimativas adotados e apresentados detalhadamente nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2024	31/12/2023
Caixa e bancos - custeio	11.629	14.063
Caixa e bancos - investimento	175	3.564
Total de caixa e bancos	11.804	17.627
Aplicações financeiras - liquidez imediata		
Aplicações - custeio	362.250	64.698
Aplicações - investimento	40.350	225.172
Total de aplicações financeiras - liquidez imediata	402.600	289.870
Total de custeio	373.879	78.761
Total de investimento	40.525	228.736
Total de caixa e equivalentes de caixa	414.404	307.497

De acordo com o Decreto Estadual nº 60.244/14, as aplicações financeiras da Companhia são administradas pela corretora de valores do SIAFEM ligada à Secretaria da Fazenda – SEFAZ. O perfil de aplicação está voltado a títulos de baixo risco e correspondem a aplicações indexadas pelo Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Parte menor é alocada em fundos de investimento de curto prazo administrados pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal. A totalidade dos valores classificados como caixa e equivalentes de caixa é denominada em moeda nacional.

No período findo em 30 de setembro de 2024, a remuneração média é de 90,51% do CDI. (94,81% em 31 de dezembro de 2023).

4 Contas a receber

4.1 Contas a receber, líquidos

	30/09/2024	31/12/2023
Terceiros ^(a)	373.696	761.603
Partes relacionadas		
Transporte de passageiros - GESP ^(b)	95.757	72.863
Outros ^(c)	1.510	4.210
	<u>470.963</u>	<u>838.676</u>
Perda de crédito esperada	<u>(349.871)</u>	<u>(338.514)</u>
Total do contas a receber, líquido	<u>121.092</u>	<u>500.162</u>
Total - circulante	114.627	494.719
Total - não circulante	<u>6.465</u>	<u>5.443</u>

(a) No período findo em 30 de setembro de 2024, foi recebido o montante de R\$ 305.000 do Consórcio Shopping Metrô Itaquera, referente à antecipação de receitas e extensão contratual pelo direito de uso dos terrenos ao norte da estação Itaquera do Metrô, em que estão localizados o Shopping Metrô Itaquera e Terminal de ônibus, conforme a nota explicativa n° 17.

(b) GESP e Metrô reafirmaram, em 20 de julho de 2022, um Termo de Acordo visando à recomposição da receita tarifária, decorrente da diferença entre a remuneração contratual paga às concessionárias privadas e a venda de direito de viagem do sistema metroferroviário (tarifa pública). O saldo inclui também os valores referentes a gratuidades legalmente concedidos aos passageiros.

(c) No período findo em 30 de setembro de 2024, inclui o montante de R\$ 72 (R\$ 1.459 em 31 de dezembro de 2023) referente a valores a receber pela Companhia pela cessão de profissionais pertencentes ao seu quadro às outras empresas ligadas à administração do GESP.

4.2 Contas a receber vencidos e a vencer

A composição de contas a receber por idade de vencimento, líquida de estimativa para perda de crédito, é como segue:

	30/09/2024			31/12/2023		
Circulante e não circulante	Saldo	Estimativa de perda	Saldo líquido	Saldo	Estimativa de perda	Saldo líquido
A vencer	114.625	(4.890)	109.735	486.464	(7.017)	479.447
Vencidos até 30 dias	4.210	(1.999)	2.211	9.920	(6.874)	3.046
Vencidos de 31 até 60 dias	4.094	(2.328)	1.766	9.051	(4.738)	4.313
Vencidos de 61 até 90 dias	3.959	(2.349)	1.610	8.972	(5.273)	3.699
Vencidos de 91 até 180 dias	12.232	(8.380)	3.852	23.266	(16.352)	6.914
Vencidos de 181 até 360 dias	20.202	(18.284)	1.918	27.903	(25.160)	2.743
Vencidos superiores a 360 dias	311.641	(311.641)	-	273.100	(273.100)	-
Total	<u>470.963</u>	<u>(349.871)</u>	<u>121.092</u>	<u>838.676</u>	<u>(338.514)</u>	<u>500.162</u>
Total - circulante	464.498	(349.871)	114.627	833.233	(338.514)	494.719
Total - não circulante	<u>6.465</u>	-	<u>6.465</u>	<u>5.443</u>	-	<u>5.443</u>

4.3 Movimentação da perda de crédito esperada

	30/09/2024	31/12/2023
Saldos iniciais	(338.514)	(267.300)
(Adições) / reversões	(12.336)	(79.270)
Créditos baixados definitivamente da posição	979	8.056
Total	(349.871)	(338.514)

5 Estoques

	30/09/2024	31/12/2023
Materiais de uso comum e administrativo	5.980	6.734
Materiais de reposição	167.782	164.289
Materiais de consumo geral e manutenção	33.191	39.166
Materiais em poder de terceiros ^(a)	1.240	1.322
Outros	596	607
(-) Materiais obsoletos	(29)	(3.701)
Total	208.760	208.417

(a) Trata-se de materiais de giro enviados para terceiros a título de empréstimos, reparos, beneficiamentos e testes.

5.1 Movimentação da provisão de materiais obsoletos

	30/09/2024	31/12/2023
Saldos iniciais	(3.701)	(4.076)
Adições	(55)	(222)
Reversões	3.727	597
Total	(29)	(3.701)

A Companhia não possui itens de estoque oferecidos em penhor ou garantia a passivos para os períodos apresentados.

6 Ativos mantidos para venda

	30/09/2024	31/12/2023
Ativos mantidos para venda - saldo inicial	8.388	12.015
Adições	-	4.758
Baixas	-	(580)
Transferências para investimentos	(4.841)	(7.805)
Total	3.547	8.388

7 Caixa restrito

No período findo em 30 de setembro de 2024, o montante de caixa restrito é de R\$ 40.544 (R\$ 45.879 em 31 de dezembro de 2023).

O caixa restrito é destinado exclusivamente à garantia aos debenturistas da Companhia, e desta forma possuem restrição de uso, conforme nota explicativa nº 14.

8 Depósitos judiciais

	30/09/2024	31/12/2023
Trabalhistas	17.920	17.457
Cíveis	89.677	112.150
Tributários e previdenciários ^(a)	1.366	68.381
Total	108.963	197.988

^(a) As principais movimentações realizadas no período referem-se a levantamentos de depósitos previdenciários e relacionados a discussão de incidência de IPTU em áreas operacionais.

Os valores são compostos por depósitos judiciais, depósitos recursais e bloqueios, relativos a ações trabalhistas, cíveis e tributárias, realizados para garantir a execução de tais ações.

A Companhia possui apólice de seguro fiança com o objetivo de oferecer garantias a processos judiciais, conforme demonstrado na nota explicativa nº 29 – Cobertura de seguros. No período findo em 30 de setembro de 2024, o montante de garantias oferecidas sob a cobertura da apólice é de R\$ 329.535 (R\$ 292.344 em 31 de dezembro de 2023), conforme nota explicativa nº 28.10.

9 Investimentos

	30/09/2024	31/12/2023
Terrenos para investimentos - saldo inicial	62.852	9.350
Adições ^(a)	199.733	53.505
Transferência para ativos mantidos para venda	-	(3)
Transferência para imobilizado	(48.210)	-
Total	214.375	62.852
Obras de arte	5.114	5.114
Total	219.489	67.966

^(a) As principais adições no período referem-se à disponibilização de áreas para exploração comercial.

10 Imobilizado

10.1 Composição

	Taxa anual ponderada de depreciação	31/12/2023	Adições ^(d)	Baixas	Transferências ^(e)	30/09/2024
Custo						
Obras civis ^(a)		21.391.254	32.671	(19.870)	583.058	21.987.113
Sistemas ^(b)		11.653.376	48.812	(37.075)	222.087	11.887.200
Terrenos ^(c)		3.297.358	38.298	(146.682)	-	3.188.974
Obras em andamento		9.466.844	1.988.120	-	(522.662)	10.932.302
Adiantamentos		498.658	538.135	-	(282.483)	754.310
Bens Móveis - Arrendamento		-	9.399	-	-	9.399
Total		46.307.490	2.655.435	(203.627)	-	48.759.298
Depreciação						
Obras civis ^(a)	1,25%	(3.799.010)	(276.133)	2.366	-	(4.072.777)
Sistemas ^(b)	2,90%	(2.909.718)	(323.965)	-	-	(3.233.683)
Bens Móveis - Arrendamento		-	(1.880)	-	-	(1.880)
Total		(6.708.728)	(601.978)	2.366	-	(7.308.340)
Total imobilizado		39.598.762	2.053.457	(201.261)	-	41.450.958

(a) Inclui edifícios, estações, túneis, elevados, terminais, instalações, equipamentos e outras estruturas.

(b) Inclui material rodante (trens) e sistemas de vias auxiliares.

(c) As baixas em terrenos referem-se às reclassificações para a rubrica do ativo, Investimentos, no montante de R\$ 146.682 conforme nota explicativa n° 9.

(d) As principais adições no período ocorreram nas linhas: 2 – Verde, de R\$ 1.529 milhões, 17 – Ouro, de R\$ 392 milhões, e 15 – Prata, de R\$ 241 milhões.

(e) As principais transferências entre as rubricas do imobilizado no período ocorreram nas linhas: 15 – Prata, de R\$ 433 milhões, 4 – Amarela, de R\$ 196 milhões e 3 – Vermelha, de R\$ 101 milhões.

	Taxa anual ponderada de depreciação	31/12/2022	Adições ^(c)	Baixas	Transferências ^(d)	30/09/2023
Custo						
Obras civis ^(a)		21.346.638	65.184	(297)	-	21.411.525
Sistemas ^(b)		12.396.747	21.697	(871.540)	47.539	11.594.443
Terrenos		3.266.978	72.493	(4.755)	(45.700)	3.289.016
Obras em andamento		7.152.041	1.559.004	-	22.322	8.733.367
Adiantamentos		413.155	148.456	-	(69.861)	491.750
Total		44.575.559	1.866.834	(876.592)	(45.700)	45.520.101
Depreciação						
Obras civis ^(a)	1,25%	(3.504.223)	(218.841)	253	-	(3.722.811)
Sistemas ^(b)	2,90%	(3.368.363)	(309.780)	871.540	-	(2.806.603)
Total		(6.872.586)	(528.621)	871.793	-	(6.529.414)
Total imobilizado		37.702.973	1.338.213	(4.799)	(45.700)	38.990.687

(a) Inclui edifícios, estações, túneis, elevados, terminais, instalações, equipamentos e outras estruturas.

(b) Inclui material rodante (trens) e sistemas de vias auxiliares.

(c) As principais adições no período ocorreram nas linhas: 2 – Verde, de R\$ 1.215.481 e 15 – Prata, de R\$ 231.793 e 17 – Ouro, de R\$ 90.587.

(d) Do montante de transferências realizadas, R\$ 45.700 foi transferido de terrenos para propriedades para investimentos.

10.2 Ativos sob concessão

A Companhia, conjuntamente com o acionista controlador – GESP, pode avaliar eventuais oportunidades de concessão de parte de sua operação de transporte à iniciativa privada.

O poder concedente é o GESP (responsável pela contrapartida no recebimento da outorga pela concessionária) enquanto o Metrô figura como interveniente, e, findo o período de concessão, conforme previsão contratual, a operação comercial é retomada para a Companhia, sendo utilizados os mesmos ativos de infraestrutura já registrados nas Demonstrações Financeiras como “ativos sob concessão”.

No período findo em 30 de setembro de 2024, os ativos imobilizados sob concessão são demonstrados a seguir:

	Taxa anual ponderada de depreciação	Custo de aquisição		30/09/2024
		Linha 4	Linha 5	
Custo				
Obras civis ^(a)		4.412.684	8.191.196	12.603.880
Sistemas ^(b)		1.373.483	2.423.937	3.797.420
Terrenos		221.628	748.589	970.217
Obras em Andamento		36.814	-	36.814
Total		6.044.609	11.363.722	17.408.331
Depreciação				
Obras civis ^(a)	1,25%	(593.725)	(751.137)	(1.344.862)
Sistemas ^(b)	2,90%	(285.116)	(319.267)	(604.383)
Total		(878.841)	(1.070.404)	(1.949.245)
Total do imobilizado sob concessão		5.165.768	10.293.318	15.459.086

(a) Inclui edifícios, estações, túneis, elevados, terminais, outras estruturas, instalações e equipamentos.

(b) Inclui material rodante (trens), sistemas de vias auxiliares.

No período findo em 30 de setembro de 2023, os ativos imobilizados sob concessão são demonstrados a seguir:

	Taxa anual ponderada de depreciação	Custo de aquisição		30/09/2023
		Linha 4	Linha 5	
Custo				
Obras civis ^(a)		4.263.217	8.189.874	12.453.091
Sistemas ^(b)		1.373.388	2.419.291	3.792.679
Terrenos		216.692	839.168	1.055.860
Obras em Andamento		216.570	-	216.570
Total		6.069.867	11.448.333	17.518.200
Depreciação				
Obras civis ^(a)	1,25%	(532.650)	(623.238)	(1.155.888)
Sistemas ^(b)	2,90%	(244.310)	(239.332)	(483.642)
Total		(776.960)	(862.570)	(1.639.530)
Total do imobilizado sob concessão		5.292.907	10.585.763	15.878.670

(a) Inclui edifícios, estações, túneis, elevados, terminais, outras estruturas, instalações e equipamentos.

(b) Inclui material rodante (trens), sistemas de vias auxiliares.

11 Intangível

11.1 Ativos intangíveis com vida útil definida

	Taxa média ponderada	Saldo em 31/12/2023	Adições	Saldo em 30/09/2024
Softwares	20% a.a.			
Custo de Aquisição		172.714	25.272	197.986
Amortização		(126.625)	(17.953)	(144.578)
Total do intangível		<u>46.089</u>	<u>7.319</u>	<u>53.408</u>

12 Remuneração dos administradores

Os critérios para todas as remunerações atribuídas pela Companhia a seus dirigentes são estabelecidos de acordo com plano de cargos e salários, de benefícios e por legislação específica.

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2024 e 2023, os totais de remuneração (salários, honorários, gratificações, adicionais, férias e 13º salário), participação nos resultados, encargos sociais, benefícios (assistência médica, vale-refeição, vale-alimentação e seguro de vida) e previdência suplementar dos administradores, remuneração dos Conselhos e do Comitê de Auditoria são apresentados a seguir:

	Três meses findo em		Nove meses findo em	
	30/09/2024	30/09/2023	30/09/2024	30/09/2023
Administradores				
Remuneração	627	791	1.950	2.381
Participação nos resultados - PPR	-	-	44	-
Encargos sociais	92	122	273	387
Benefícios	86	94	258	274
Previdência suplementar	29	30	89	77
Total	<u>834</u>	<u>1.037</u>	<u>2.614</u>	<u>3.119</u>
Conselhos e Comitê de Auditoria	565	601	1.807	1.625
Total no período	<u>1.399</u>	<u>1.638</u>	<u>4.421</u>	<u>4.744</u>
Número de Membros (ao fim do período)				
Conselho de Administração	11	11	11	11
Conselho Fiscal - efetivos	5	5	5	5
Comitê de Auditoria Estatutária	4	4	4	4
Diretoria Executiva	5	5	5	5

No período findo em 30 de setembro de 2024, o maior honorário pago para diretor estatutário foi de R\$ 32.908,97 e para diretor não estatutário R\$ 34.572,89, respectivamente (R\$ 32.908,97 e R\$ 38.868,73 no período findo em 30 de setembro de 2023).

13 Fornecedores

	30/09/2024	31/12/2023
Terceiros nacionais		
Fornecedores de sistemas	122.421	172.342
Prestação de serviços	95.460	126.853
Empreiteiras - obras civis	50.116	189.238
Outros	27.607	39.630
Energia elétrica	5.229	6.346
Fornecedores nacionais	300.833	534.409
Fornecedores internacionais	3.002	34.909
Total	303.835	569.318

14 Debêntures

Vencimento	Taxa de juros a.a.	31/12/2023						30/09/2024				
		Circulante	Não circulante	Total	Juros incorridos	Amortização de custos	Juros pagos	Pagamento de principal	Circulante	Não circulante	Total	
Debêntures	04/2027	CDI + 4,5%	113.181	262.457	375.638	37.813	1.353	(38.002)	(85.715)	112.992	178.095	291.087
Total			113.181	262.457	375.638	37.813	1.353	(38.002)	(85.715)	112.992	178.095	291.087

14.1 Debêntures

Em 25 de abril de 2022, a Companhia concluiu a 2ª emissão pública por meio da emissão de 400 mil debêntures, não conversíveis em ações, de valor unitário R\$ 1 mil, com o objetivo de garantir o nível de liquidez de suas atividades operacionais. O montante total captado foi de R\$ 400.000 a taxa de juros correspondente à remuneração de 4,50% a.a. + CDI., com vencimento em 25 de abril de 2027. Os custos de emissão totalizaram R\$ 9.021 e são amortizados pelo método da taxa efetiva ao longo do período de vigência da operação.

Nos primeiros 18 meses da emissão, os juros foram pagos semestralmente, e a partir de novembro de 2023, a Companhia passou a realizar o pagamento dos juros e a parcela do principal da dívida de forma mensal.

A emissão conta com garantia de cessão fiduciária do fluxo de venda de bilhetes unitários (*QR Code*), sendo que o valor mínimo para fazer frente aos pagamentos dos juros remuneratórios são mantidos em caixa restrito.

No período findo em 30 de setembro de 2024, a Companhia possui o montante de R\$ 40.544 mantido como caixa restrito, conforme nota explicativa nº 7.

As debêntures possuem cláusula de vencimento antecipado relacionada a manutenção da capacidade de pagamento da Companhia, e relacionado ao montante de empréstimo contraído ("índice financeiro"), o qual não deve ser superior ao limite de dívida bruta de R\$ 700.000, sendo considerado no montante os empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, incluídas as debêntures e quaisquer outros títulos e valores mobiliários representativo de dívidas. No período findo em 30 de setembro de 2024, a Companhia possui endividamento inferior ao limite estabelecido.

14.2 Cronograma de vencimento

O cronograma de vencimento das debêntures, líquido dos custos de emissão, é apresentado abaixo:

	2024	2025	2026	2027	Total
Debêntures	28.631	112.481	112.481	37.494	291.087
Total	28.631	112.481	112.481	37.494	291.087

15 Impostos e contribuições a recolher

	30/09/2024	31/12/2023
Circulante		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	-	727
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	17.406	38.208
PIS e Cofins - sobre receitas não tarifárias e importação	2.498	22.932
PIS, COFINS e CSLL - retenção da contratação de serviços	3.919	2.389
Contribuição previdenciária sobre receita bruta - CPRB	4.294	3.414
Parcelamentos tributários	287	934
Outros impostos e contribuições ^(a)	872	512
Total	29.276	69.116

(a) Inclui valores a recolher relativos a ISS, ICMS e CIDE.

16 Remunerações e encargos a pagar

	30/09/2024	31/12/2023
Circulante		
Férias	127.513	140.736
Encargos sociais	66.130	60.164
13º salário	59.629	-
Salários e rescisões a pagar	2.663	4.894
Incentivo benefício saúde - PDI	12.001	804
Parcelamentos previdenciários ^(a)	6.322	3.993
Participação no resultado - PPR ^(b)	-	41.034
Outros valores a pagar ^(c)	4.641	2.622
Total	278.899	254.247
Não circulante		
Parcelamentos previdenciários ^(a)	24.811	30.107
Incentivo benefício saúde - PDV/PDI	6.176	17
Total	30.987	30.124
Total geral	309.886	284.371

(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia aderiu ao parcelamento previdenciário referente aos débitos de INSS FAP do ano de 2016, no montante de R\$ 15.471, o qual será liquidado em 60 parcelas mensais.

(b) A Companhia apurou e pagou o valor de PPR de 2023, conforme o atingimento das metas estabelecidas. O valor excedente foi revertido no resultado do período.

(c) Inclui pensões judiciais.

16.1 Plano de desligamento incentivado

i) Programa de Desligamento Incentivado – PDI - Ano 2022

A Companhia possui um Programa de Desligamento Incentivado – PDI cujo período de adesão inicial dos colaboradores iniciou em 13 de dezembro de 2021 e se encerrou em 14 de janeiro de 2022.

Desde o início do programa, a Companhia desligou 722 colaboradores e o custo total incorrido até o momento foi de R\$ 265.106, sendo que no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2024 os custos incorridos foram de R\$ 45.443.

A estimativa para concluir o desligamento dos 22 colaboradores remanescentes é de R\$ 7.661 ao longo de 2024.

ii) Programa de Desligamento Incentivado – PDI - Ano 2023

Em 17 de novembro de 2023 a Companhia abriu as inscrições para o novo Programa de Desligamento Incentivado (PDI), cujo prazo de adesão se encerrou em 22 de dezembro de 2023.

Desde o início do programa, a Companhia desligou 381 colaboradores e para concluí-lo, ainda é necessária a conclusão do desligamento de 107 colaboradores, totalizando 488 inscritos.

Os desligamentos iniciaram no exercício de 2024, e os custos incorridos foram de R\$ 137.378. A estimativa para concluir o desligamento dos 107 colaboradores remanescentes é de R\$ 31.102.

Em ambos os planos, os colaboradores inscritos no programa só podem ser desligados mediante aceite da Companhia. Os benefícios financeiros oferecidos pelo programa consistem no pagamento de verbas rescisórias e de abono pecuniário para o custeio do plano de saúde por um período de até 24 meses.

O programa prevê que a Companhia tenha o poder de aceitar a adesão do colaborador, bem como as datas de desligamento, considerando a capacidade financeira da empresa e o impacto nas atividades das áreas.

17 Adiantamento de clientes

	30/09/2024	30/12/2023
Circulante		
Créditos em poder do passageiro ^(a)	396.787	399.160
Locações a apropriar	322	5.910
Centros comerciais ^(b)	9.031	3.898
Outros	4.197	1.080
Total	410.337	410.048
Não circulante		
Centros comerciais	122.007	128.933
Arrendamentos a apropriar ^(b)	307.720	309.271
Total	429.727	438.204
Total geral	840.064	848.252

^(a) Créditos em poder do passageiro são compostos pelos bilhetes: Único, Edmonson, Bom e Top.

^(b) No período findo em 30 de setembro de 2024 inclui R\$ 300.722 no curto e longo prazo, de adiantamento de clientes do Consórcio Shopping Metro Itaquera, refere-se a antecipação das remunerações recebidas pela Companhia pelo direito de uso dos terrenos ao norte da Estação Corinthians – Itaquera, assim como pela extensão da vigência contratual em 20 anos.

18 Transações com partes relacionadas

		30/09/2024			31/12/2023		
		Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Partes relacionadas	Natureza da principal operação						
Ativos							
GESP	C/R - Serviços de transporte ^(a)	95.757	-	95.757	72.863	-	72.863
Metrus - Instituto	C/R - Parcelamento dep. Judicial ^(b)	-	89.150	89.150	-	64.506	64.506
Outros	C/R - Diversos ^(c)	1.510	-	1.510	4.210	-	4.210
		<u>97.267</u>	<u>89.150</u>	<u>186.417</u>	<u>77.073</u>	<u>64.506</u>	<u>141.579</u>
Passivos							
CBTU	C/P - Convênios ^(d)	(3.874)	(212.134)	(216.008)	(3.874)	(215.039)	(218.913)
Metrus - Instituto	C/P - Previdência e saúde ^(e)	(23.343)	-	(23.343)	(24.256)	-	(24.256)
Metrus - Instituto	C/P - Parcelamento ^(f)	(3.524)	(22.611)	(26.135)	(4.082)	(25.254)	(29.336)
Iamspe	C/P - Saúde ^(g)	(221)	-	(221)	(460)	-	(460)
		<u>(30.962)</u>	<u>(234.745)</u>	<u>(265.707)</u>	<u>(32.672)</u>	<u>(240.293)</u>	<u>(272.965)</u>
Patrimônio líquido							
GESP	C/S - Afac ^(h)	-	-	(2.719.789)	-	-	-
GESP	C/S - Integralização de capital ⁽ⁱ⁾	-	-	-	-	-	(2.713.990)
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.719.789)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.713.990)</u>

		Três meses findos em		Nove meses findos em	
		30/09/2024	30/09/2023	30/09/2024	30/09/2023
Resultado	Natureza				
GESP	Receita tarifária - apoio a PPP ^(j)	248.664	211.561	699.644	664.718
GESP	Receita com gratuidades ^(k)	143.663	117.507	407.871	325.708
GESP	Subvenção para custeio	-	126.315	-	196.315
CBTU	C/P - Convênios ^(d)	969	969	2.906	2.906
Metrus - Instituto	C/P - Previdência e saúde ^(e)	(62.399)	(44.442)	(178.286)	(158.832)
Metrus - Instituto	C/P - Parcelamento ^(f)	(700)	-	(2.134)	-
Iamspe	C/P - Saúde ^(g)	(680)	(751)	(2.142)	(2.288)
Administração	Despesas com folha ^(l)	(1.399)	(1.638)	(4.421)	(4.744)
Total		<u>328.118</u>	<u>409.521</u>	<u>923.438</u>	<u>1.023.783</u>

(a) Montantes a receber do Governo do Estado de São Paulo referentes a ressarcimentos da operação de transporte de passageiros, conforme nota explicativa n° 4.1. O saldo inclui também os valores referentes a gratuidades legalmente concedidos aos passageiros.

(b) Refere-se ao valor de principal pago pela Companhia ao Metrus em decorrência de acordo de ressarcimento do depósito judicial realizado no âmbito do processo movido pela EMTTEL.

(c) Conforme demonstrado na nota 4.1 (a) Contas a receber, líquidos, refere-se a ressarcimento pela cessão de profissionais pertencentes ao seu quadro às outras empresas ligadas à administração do GESP. Inclui também notas de débito referente a serviços diversos prestados pela Companhia às empresas ligadas.

(d) O saldo do passivo corresponde ao montante a apropriar ao resultado da subvenção para investimento recebida da CBTU. O montante contido no resultado corresponde a receita apropriada no período.

(e) O saldo do passivo ao Metrus – Instituto de Seguridade Social, referente à contribuição da patrocinadora sobre os planos de previdência privada (Plano I e Plano II) e assistência médica de seus empregados. O montante contido no resultado corresponde a despesa reconhecida no período.

(f) Refere-se a honorários advocatícios no âmbito do processo movido pela EMTTEL, dos quais a Companhia deve ressarcimento ao Metrus.

(g) O saldo de repasse ao Iamspe – Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual, referente a assistência médica dos empregados que aderiram ao plano.

(h) Refere-se ao adiantamento para futuro aumento de capital social, realizado pelo Gesp.

(i) Refere-se ao aporte de capital social realizado pelo GESP.

(j) Refere-se a parcela da receita tarifária que é ressarcida pelo GESP, em virtude do modelo de apoio às Parcerias Público-Privadas - PPP, a fim de cobrir os montantes de perdas financeiras geradas devido ao impacto das concessões no sistema de arrecadação.

- (k) Reconhecimento de receita proveniente do transporte de passageiros com benefício de gratuidade conforme nota explicativa nº 23.
(l) Trata-se de valor pago a título de honorários de Diretoria Executiva, Conselhos e Comitê.

19 Passivo de arrendamento

	31/12/2023						30/09/2024			
	Circulante	Não circulante	Total	Adição	Remensuração	Juros incorridos	Pagamentos	Circulante	Não circulante	Total
Passivo de arrendamento	-	-	-	9.493	(94)	411	(1.668)	4.115	4.026	8.141
Total	-	-	-	9.493	(94)	411	(1.668)	4.115	4.026	8.141

20 Planos de previdência suplementar

20.1 Planos de benefícios

A Companhia assegura o custeio de planos de aposentadoria suplementar vitalícia estruturados na modalidade de benefício definido (Plano I) e contribuição definida (Plano II) voltados aos seus empregados e administrados pelo Metrô – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar, na qual o Metrô é patrocinadora.

i) Benefício definido (Plano I)

Concedido a empregados até 1999, com contribuições fixas, prevendo o pagamento de benefícios de renda suplementar vitalícia para participantes com no mínimo 60 anos de idade e 10 anos de participação no plano.

ii) Contribuição definida (Plano II)

Concedido a empregados após 1999 e para participantes que aceitaram a migração do Plano I, prevendo contribuições fixas, podendo ser suplementadas de contribuições variáveis e que, ao final, pode chegar à mesma estrutura de pagamento dos benefícios, nas mesmas condições de tempo de participação no plano e idade aplicados no Plano I.

Ambos os planos são limitados à curva de remuneração do saldo da cota vigente ao participante quando este é elegível ao benefício, e são limitados a até 70% da remuneração atual do profissional.

A diferença é que: no Plano I, o participante tem assegurado pela patrocinadora o direito ao benefício de 70% da remuneração, se cumprido o plano de contribuições e independentemente da performance de ativos e passivos financeiros do plano; no Plano II, os valores dos benefícios estão condicionados aos aportes adicionais que o participante pode realizar e à performance dos ativos e passivos do plano.

A Companhia oferece o benefício de pensão por morte ao participante assistido e de aposentadoria por invalidez.

20.2 Movimentação do passivo atuarial líquido e valor justo dos ativos do plano e obrigações atuariais

	Plano I
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	18.392
Custo do serviço corrente	3.936
Juros sobre obrigação atuarial	984
Contribuições da patrocinadora	(7.680)
Perdas atuariais - ORA (2023)	104.856
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	120.488
Juros sobre obrigação atuarial	8.406
Saldo final em 30 de setembro de 2024	128.894
Valor presente das obrigações atuariais	1.628.801
Valor justo dos ativos do plano	(1.499.908)
Passivo líquido em 30 de setembro de 2024	128.893
50% sob responsabilidade da Cia do Metrô	64.447

A Companhia reconhece os ganhos ou perdas atuariais decorrentes de premissas atuariais diretamente no patrimônio líquido, como ajuste de avaliação patrimonial, líquido de imposto de renda diferido apenas ao final do exercício, quando é auferido o cálculo atuarial por consultor independente.

No período findo em 30 de setembro de 2024, o montante de benefícios pagos conjuntamente pelos dois planos é de R\$ 197.874. (Em 30 de setembro de 2023, o montante pago foi de R\$ 144.231).

21 Provisão para processos judiciais

A Companhia é polo passivo em uma série de ações judiciais referentes ao curso normal dos negócios, incluindo ações nas esferas trabalhista, cível, tributária e previdenciária.

Os prazos e os montantes dos pagamentos podem variar a depender do resultado dos processos judiciais.

A composição da provisão para processos judiciais é apresentada abaixo:

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Atualizações monetárias / recálculo do valor em risco	Liquidações/ reversões	Saldo em 30/09/2024
Trabalhistas	270.512	3.779	13.089	(44.921)	242.459
Cíveis	1.258.592	45.439	97.060	(48.858)	1.352.233
Tributários e previdenciários	4.496	-	403	(18)	4.881
Total	1.533.600	49.218	110.552	(93.797)	1.599.573

21.1 Processos trabalhistas

No período findo em 30 de setembro de 2024, a Companhia figura no polo passivo em 3.738 processos de natureza trabalhista (3.682 processos em 31 de dezembro de 2023).

Os processos trabalhistas estão relacionados, principalmente, aos pleitos sobre periculosidade, equiparação salarial e horas extras.

21.2 Processos cíveis

No período findo em 30 de setembro de 2024, a Companhia figura no polo passivo em 640 processos de natureza cível (669 processos em 31 de dezembro de 2023).

Os processos cíveis estão relacionados, principalmente, a pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro contratual e indenizações por dano material e moral. Dentre os processos cíveis, destacam-se, pela sua relevância, as ações descritas a seguir:

Processo Turma da Rua

Conforme convênio celebrado em outubro de 1988, o Metrô assumiu a responsabilidade pela administração do Programa Turma da Rua, permanecendo o Metrô responsável por todos os custos dele decorrentes, em atenção às determinações do GESP. Neste sentido, o Metrô repassou os recursos necessários ao Metrô para a liquidação das obrigações. A mão de obra para a execução deste Programa foi terceirizada com a contratação da EMTEL – Recursos Humanos e Serviços Terceirizados Ltda.

O contrato com a EMTEL foi encerrado em 06 de março de 1995, quando a administração do Programa voltou à responsabilidade do Metrô, a título emergencial, uma vez que os serviços não podiam ser interrompidos e não havia possibilidade legal de prorrogação do contrato.

Existem, atualmente, demandas judiciais entre EMTEL e Metrô, onde se discutem indenizações trabalhistas acrescidas de custas processuais, correção monetária, juros de mora e de honorários advocatícios, que o Instituto não reconhece como sua obrigação. Adicionalmente, foram movidas diversas reclamações trabalhistas contra a EMTEL, nas quais o Metrô também poderá vir a ter de responder solidariamente pelas obrigações decorrentes.

Assim, em decorrência do convênio celebrado entre o Metrô e Metrô, quaisquer despesas provenientes destes processos, desde que devidas pelo Instituto, serão, ao final, suportadas pelo Metrô e pelo GESP. No período findo em 30 de setembro de 2024, o montante provisionado para esta contingência, por conta de sua probabilidade provável, é de R\$ 912.889 (R\$ 851.865 em 31 de dezembro de 2023).

Consórcio Construcap Constran

A Companhia atua como Requerida em processo indenizatório movido pelo Consórcio Construcap Constran, decorrente de contrato firmado entre as partes no ano de 2009, cujo objeto corresponde à execução das obras civis, contemplando obra bruta e acabamento, e implantação da superestrutura da via permanente de trecho da Linha 5 – lilás da Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô.

A autora requer pagamento de indenização em razão de possível desequilíbrio econômico-financeiro gerado pelo aumento do prazo da obra, bem como declaração de nulidade da multa imposta após regular processo administrativo em decorrência de atrasos na execução do objeto contratado.

No período findo em 30 de setembro de 2024, a Companhia avalia a probabilidade de perda do processo como provável no montante estimado de R\$ 197.732 (R\$ 182.983 em 31 de dezembro de 2023).

21.3 Processos tributários e previdenciários

No período findo em 30 de setembro de 2024, a Companhia figura no polo passivo em 319 processos administrativos e judiciais de natureza tributária e previdenciária (Em 31 de dezembro de 2023, são 421 processos).

De maneira geral, os processos tributários e previdenciários estão relacionados, principalmente, a isenções de cobrança do ISS referente a demolições, multas aplicadas e discussões sobre a incidência de diversos tributos.

21.4 Processos judiciais não provisionados

A Companhia possui ações de natureza trabalhista, cível e tributária que não estão provisionadas, pois envolvem risco com probabilidade de perda classificada pela Administração e por seus assessores jurídicos como possível.

	30/09/2024	31/12/2023
Trabalhistas ^(a)	400.298	383.397
Cíveis ^(b)	4.342.815	4.750.871
Tributários e previdenciários	43.387	64.124
Total	4.786.500	5.198.392

^(a) Os principais pleitos dos processos trabalhistas se referem a: equiparação salarial entre empregados, reintegração ao quadro de empregados, e base de cálculo das horas extras.

^(b) Os dez maiores processos judiciais cíveis, não provisionados, tem como autor da ação as seguintes empresas: Andrade Gutierrez Engenharia S.A. (2 processos), Corsan-Corviam Construccion S.A do Brasil, Consórcio Metropolitano 5, Bombardier Transportation Brasil Ltda (3 processos), Camargo Corrêa, Consórcio Linha Amarela, Snef Serviços e Montagens Ltda, Inepar S/A Indústria e Construções. Esses processos possuem estimativa de perda no montante de R\$ 2.945.587 e se referem principalmente a pleito de reequilíbrio econômico-financeiro de contratos firmados com a Companhia. Os demais processos no montante de R\$ 1.840.913 estão distribuídos em diversas ações e compõem o saldo total classificado como perda possível. (Em 31 de dezembro de 2023, a estimativa de perda dos dez maiores processos cíveis não provisionados era de R\$ 3.220.220).

22 Patrimônio líquido

22.1 Capital autorizado

A Companhia atua sob regime de capital social autorizado cujo montante, conforme retratado no Artigo 3º do Estatuto Social, é de R\$ 52.674.522.

O Conselho de Administração pode deliberar o aumento do capital dentro do limite autorizado e uma vez consultado o Conselho Fiscal, conforme Artigo 14º, inciso XIII do Estatuto Social da Companhia.

22.2 Capital social

Em 30 de setembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e realizado é de R\$ 48.404.386, composto por 9.109.872 ações ordinárias de classe única, nominativas, sem valor nominal e com direito a um voto cada.

No período findo em 30 de setembro de 2024, a Companhia registrou o montante de R\$ 2.719.789 a título de adiantamento para futuro aumento de capital. Tais recursos são provenientes de seu acionista majoritário.

A composição do capital social é apresentada abaixo:

Acionista	30/09/2024		31/12/2023	
	Quantidade - ON	%	Quantidade - ON	%
Fazenda do Estado de São Paulo - FESP	8.906.665	97,77%	8.906.665	97,77%
Prefeitura do Município de São Paulo - PMSP	202.032	2,22%	202.032	2,22%
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	1.171	0,01%	1.171	0,01%
Outros - ações em tesouraria	4	0,00%	4	0,00%
Total	9.109.872	100,00%	9.109.872	100,00%

23 Receita operacional líquida

	Três meses findo em		Nove meses findo em	
	30/09/2024	30/09/2023	30/09/2024	30/09/2023
Receita tarifária	490.402	430.576	1.414.156	1.250.396
Gratuidades (ressarcimento) ^(a)	143.663	117.507	407.871	325.708
Desenvolvimento imobiliário	31.803	31.386	85.540	96.333
Varejo	16.995	18.745	56.373	54.224
Mídia e publicidade	16.205	14.397	47.799	41.094
Outros negócios	2.813	2.921	10.959	8.899
Receita não tarifária	67.816	67.449	200.671	200.550
Receita operacional bruta	701.881	615.532	2.022.698	1.776.654
Deduções e abatimentos	-	-	-	-
Impostos sobre a receita bruta ^(b)	(18.970)	(17.221)	(55.335)	(50.211)
Deduções e impostos	(18.970)	(17.221)	(55.335)	(50.211)
Receita operacional líquida	682.911	598.311	1.967.363	1.726.443

(a) Receita proveniente do transporte de passageiro com benefício de gratuidade, conforme políticas públicas implementadas.

(b) No período de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2024 inclui os montantes de R\$ 12.681 e R\$ 36.473 respectivamente (Em 30 de setembro de 2023, inclui os montantes de R\$ 10.965 e R\$ 31.537), referente à Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta – CPRB.)

24 Custos dos serviços prestados, despesas gerais e administrativas

	Três meses findo em		Nove meses findo em	
	30/09/2024	30/09/2023	30/09/2024	30/09/2023
Custos dos serviços prestados				
Pessoal	(345.073)	(384.583)	(1.092.006)	(1.080.297)
Materiais	(26.404)	(28.827)	(72.041)	(69.240)
Energia elétrica de tração	(40.581)	(45.594)	(124.718)	(142.151)
Serviços	(39.475)	(41.792)	(119.908)	(129.408)
Gastos gerais	(4.505)	(11.877)	(13.665)	(13.178)
Depreciação e amortização	(188.398)	(182.509)	(590.894)	(518.052)
	(644.436)	(695.182)	(2.013.232)	(1.952.326)
Despesas com vendas				
Pessoal	(4.237)	(10.163)	(18.227)	(27.666)
Serviços	(28)	(350)	(29)	(932)
Gastos gerais	(2)	(1.596)	(333)	(12.028)
Depreciação e amortização	(1)	(3)	(2)	(10)
	(4.268)	(12.112)	(18.591)	(40.636)
Despesas gerais e administrativas				
Pessoal	(84.638)	(111.483)	(328.870)	(357.186)
Materiais	(940)	(611)	(1.703)	(1.289)
Serviços	(39.499)	(46.080)	(115.814)	(127.912)
Gastos gerais	(73.167)	(87.841)	(205.951)	(283.964)
Depreciação e amortização	(11.027)	(7.927)	(29.035)	(21.700)
	(209.271)	(253.942)	(681.373)	(792.051)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas				
Receitas com a prestação de outros serviços	2.344	1.473	19.941	4.894
Multas contratuais	1.491	1.886	4.996	4.534
Resultado na alienação de ativos	-	-	-	1.325
Créditos convênio CBTU	969	969	2.906	2.906
Baixas de imobilizados e intangível	(14)	(25)	(37.131)	(44)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.499	109.541	(3.453)	180.206
	6.289	113.844	(12.741)	193.821
	(851.686)	(847.392)	(2.725.937)	(2.591.192)

25 Resultado financeiro, líquido

	Três meses findo em		Nove meses findo em	
	30/09/2024	30/09/2023	30/09/2024	30/09/2023
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	8.985	4.246	26.489	14.818
Juros ativos	217	295	7.855	5.087
Descontos obtidos	-	-	-	2.231
Ajuste a valor presente	52	(168)	2.175	(435)
	<u>9.254</u>	<u>4.373</u>	<u>36.519</u>	<u>21.701</u>
Despesas financeiras				
Despesas com juros e custo com emissão de dívidas ^(a)	(14.274)	(20.288)	(48.975)	(78.939)
Despesas com juros atuariais	(1.401)	(123)	(4.203)	(369)
Outras despesas financeiras	(481)	(414)	(1.517)	(1.350)
	<u>(16.156)</u>	<u>(20.825)</u>	<u>(54.695)</u>	<u>(80.658)</u>
Variações monetárias e cambiais				
Variações monetárias líquidas ^(b)	19.789	1.331	41.236	2.263
Variações cambiais líquidas	167	(204)	(288)	(3.803)
	<u>19.956</u>	<u>1.127</u>	<u>40.948</u>	<u>(1.540)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>13.054</u>	<u>(15.325)</u>	<u>22.772</u>	<u>(60.497)</u>

(a) Do montante de R\$ 14.274, nos três meses findos em 30 de setembro de 2024, os montantes de (R\$ 11.811) e (R\$ 451) se referem respectivamente aos juros incorridos e aos custos de emissão apropriados das debêntures da Companhia (Nos três meses findo em 30 de setembro de 2023, os montantes são de (R\$ 18.079) e (R\$ 451), referente a respectivamente aos juros incorridos e aos custos de emissão apropriados) e do montante de R\$ 48.975, nos nove meses findos em 30 de setembro de 2024, os montantes de (R\$ 37.813) e (R\$ 1.353) se referem respectivamente aos juros incorridos e aos custos de emissão apropriados das debêntures da Companhia. (Nos nove meses findo em 30 de setembro de 2023, os montantes são de (R\$ 53.401) e (R\$ 1.353), referente a respectivamente aos juros incorridos e aos custos de emissão apropriados), conforme nota explicativa n° 14

(b) No período findo em 30 de setembro de 2024, a Companhia reconheceu R\$ 22.806 e R\$ 20.232 de atualizações de depósitos judiciais levantados, respectivamente no âmbito de processos previdenciários e de processo com a finalidade de suspender a exigibilidade dos créditos tributários referentes a IPTU.

26 Imposto de renda e contribuição social

26.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apurados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo dos impostos sobre o lucro e os montantes contábeis registrados (variações de provisões diversas e cálculo do valor justo de instrumentos financeiros).

As alíquotas nominais definidas atualmente pela legislação tributária vigente para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A composição do prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social, estão abaixo apresentados:

	30/09/2024	31/12/2023
Prejuízos fiscais	6.994.742	6.648.528
Base negativa da contribuição social	6.648.506	6.319.031

26.2 Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	Três meses findo em		Nove meses findo em	
	30/09/2024	30/09/2023	30/09/2024	30/09/2023
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição	(155.721)	(264.406)	(735.802)	(925.246)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas	52.945	89.898	250.173	314.584
Reconciliação da alíquota:				
Lei 8.200/91 - CSLL ^(a)	(529)	(529)	(1.587)	(1.645)
Demais adições e exclusões, líquidas	(26.507)	(23.234)	(81.221)	(83.687)
Parcela não reconhecida sobre diferenças prejuízo fiscal e base negativa.	(25.909)	(66.135)	(167.364)	(219.382)
Utilização de prejuízo fiscal ^(b)	-	-	-	9.870
Diferido	-	-	-	9.870
Imposto de renda	-	-	-	9.870
Alíquota efetiva da despesa com IRPJ e CSLL do período	0,00%	0,00%	0,00%	(1,07%)

(a) Este ajuste de adição aplica-se somente à CSLL e decorre da diferença entre a depreciação dos ativos imobilizados corrigidos monetariamente pela Lei 8.200/91 em relação à depreciação prevista na Lei 6.404/76.

(b) Nos nove meses findo em 30 de setembro de 2023, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 9.870 em imposto diferido ativo, com a utilização de saldo de prejuízo fiscal para a liquidação de débitos previdenciários no âmbito do Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal (PRLF).

27 Resultado por ação

27.1 Básico

O resultado por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias recompradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	Três meses findo em		Nove meses findo em	
	30/09/2024	30/09/2023	30/09/2024	30/09/2023
Prejuízo atribuível aos acionistas	(155.721)	(264.406)	(735.802)	(915.376)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias no exercício	9.110	8.463	9.110	8.463
Quantidade média ponderada de ações em tesouraria	0,004	0,004	0,004	0,004
Quantidade média ponderada de ações em circulação	9.110	8.463	9.110	8.463
Prejuízo básico por ação ordinária (Em R\$)	(17,09)	(31,24)	(80,77)	(108,16)

A Companhia não possui ações ou instrumentos conversíveis em ações que poderiam resultar na diluição do lucro por ação.

28 Instrumentos financeiros e fatores de risco

28.1 Classificação e mensuração

A classificação dos instrumentos financeiros da Companhia é apresentada a seguir:

	Mensurados a valor justo por meio do resultado		Mensurados a valor justo em outros resultados abrangentes		Custo amortizado	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	414.404	307.497	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários ^(a)	-	-	24.306	4.919	-	-
Contas a receber	-	-	-	-	121.092	500.162
Outros ativos	-	-	-	-	137.096	96.223
Caixa restrito	40.544	45.879	-	-	-	-
	<u>454.948</u>	<u>353.376</u>	<u>24.306</u>	<u>4.919</u>	<u>258.188</u>	<u>596.385</u>
Passivo						
Fornecedores	-	-	-	-	303.835	569.318
Debêntures	-	-	-	-	291.087	375.638
Partes relacionadas	-	-	-	-	265.707	272.965
Passivo de arrendamento	-	-	-	-	8.141	-
Outras contas e despesas a pagar	-	-	-	-	9.015	8.503
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>877.785</u>	<u>1.226.424</u>

^(a) Refere-se a ações de companhias de capital aberto e fechado.

As ações mantidas a valor justo por meio de outros resultados abrangentes são de nível 1.

28.2 Gestão de riscos financeiros

A Administração da Companhia está voltada para a sustentabilidade de seu equilíbrio econômico-financeiro. As atividades do Metrô o expõem aos seguintes fatores de riscos: políticas públicas de preços tarifários, de outros índices macroeconômicos, riscos de crédito e de liquidez, os quais introduzem certo grau de incerteza sobre a geração sustentável de caixa e de resultados da Companhia. Para gerenciar esta volatilidade, ocasionada por fatores externos, o Metrô dispõe de políticas e procedimentos para a gestão de riscos financeiros.

O processo de gestão de riscos compreende as seguintes etapas: i) identificação dos fatores de riscos e da exposição do valor dos ativos, fluxos de caixa e resultado da Companhia aos riscos de mercado; ii) mensuração e comunicação do risco mensurado; iii) avaliação e definição de estratégias para o gerenciamento dos riscos de mercado; e iv) implementação e acompanhamento da performance das estratégias.

Os principais fatores de riscos financeiros considerados pela Administração são:

- Risco de liquidez;
- Risco de crédito;
- Risco de taxa de câmbio;
- Risco de taxa de juros;
- Risco de preços tarifários;

28.3 Risco de liquidez

A Companhia tem sua previsão de fluxo de caixa realizada pela Administração, a qual monitora as previsões contínuas de exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para fazer frente às necessidades operacionais e as suas obrigações.

Dada sua gestão de estrutura de capital, a Companhia substancialmente opera com o capital de giro próprio para suas atividades operacionais e para investimentos estruturais é suportada, essencialmente, via aporte de capital de seus acionistas.

Avaliação de Rating

Em 26 de março de 2024, a Moody's Local revisou e manteve o Rating de emissor e da 2ª emissão de debêntures em 'AA-.br', com perspectiva estável.

28.4 Risco de crédito

O risco de crédito é inerente às atividades operacionais e financeiras da Companhia, presente principalmente no contas a receber.

Os limites de crédito são estabelecidos com base em critérios internos de classificação e os valores contábeis representam a exposição máxima do risco de crédito.

Os recebíveis do GESP são avaliados individualmente e os valores contábeis correspondem à expectativa de realização sob a perspectiva da Companhia.

Os ativos classificados como caixa e equivalentes de caixa concentram-se em instituições financeiras de primeira linha classificadas como *high grade* pelas principais agências de classificação de risco. Por decisão estratégica do GESP, os recursos financeiros do Sistema Integrado de Administração Financeira de Estados e Municípios – SIAFEM, incluindo o saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia, são gerenciados pelo Banco do Brasil, que possui classificação BB concedida pelas agência Standard & Poor's e pela Fitch Ratings, e BB+ concedida pela Moody's.

28.5 Risco de taxas de câmbio

A Companhia, eventualmente, no curso natural de seus negócios pode contratar serviços e comprar materiais e equipamentos de fornecedores estrangeiros através de seus processos de licitação, substancialmente ligados aos programas de investimentos em novas linhas metroviárias, sistemas e frota de trens, ficando desta forma exposta a oscilações cambiais quando do câmbio da data de compra até a efetiva data de liquidação das obrigações. A Companhia possui exposição cambial somente para fornecedores em moeda estrangeira, conforme nota explicativa nº 13 sujeitos à variação do dólar norte-americano.

Em 30 de setembro de 2024, a Companhia adotou a taxa de câmbio de R\$ 5,4481/US\$1,00, correspondente à taxa de fechamento do mês divulgada pelo Banco Central do Brasil como cenário provável.

O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade e o possível efeito no resultado da oscilação do câmbio no valor exposto em moeda estrangeira em 30 de setembro de 2024:

Risco	Aumento da taxa de câmbio
Taxas de câmbio referencial	5,4481
Fornecedores internacionais	3.002
Valores expostos ^(a)	551
Cenário favorável (-50%)	1.501
Cenário favorável (-25%)	2.252
Cenário adverso (+50%)	4.503
Cenário adverso (+25%)	3.753

^(a) Refere-se ao saldo, em dólares americanos (US\$), de obrigações com fornecedores internacionais.

28.6 Risco de taxas de juros

As oscilações das taxas de juros podem implicar em efeitos de aumento ou redução do custo sobre os novos financiamentos e operações já contratadas, bem como incremento de despesas financeiras aplicadas sobre obrigações liquidadas fora do prazo contratual.

A Companhia possui empréstimos e financiamentos contratados na data das demonstrações financeiras, conforme nota explicativa nº14, e portanto, está exposta a risco de taxa de juros de forma significativa. Os valores abaixo demonstram os impactos nos resultados de acordo com o cenário aplicado:

Risco	Taxas referenciais	Efeito no resultado
Valores expostos ^(a)	10,65%	123.336
Cenário favorável (-50%)	5,325%	(6.568)
Cenário favorável (-25%)	7,988%	(3.284)
Cenário adverso (+50%)	15,975%	6.568
Cenário adverso (+25%)	13,313%	3.284

^(a) Refere-se a soma de caixa de atividades de custeio e caixa restrito, líquidos de passivo oneroso.

28.7 Risco de preços tarifários

A Companhia está exposta a preços tarifários de operação fixados por política pública de preços de passageiros dos transportes de passageiros aplicada na Região Metropolitana de São Paulo pela STM, ligada ao GESP.

Com a finalidade de mitigar estes efeitos, a Companhia trabalha de forma integrada junto à STM para formular estudos de viabilidade econômica e aplicação de ajustes tarifários, quando aplicáveis, aos preços das tarifas de forma a buscar o equilíbrio, tanto da parte da Companhia quanto para a sociedade, porém não é possível garantir que o preço da tarifa sempre se manterá em patamares benéficos para o resultado do Metrô.

28.8 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

28.9 Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é de assegurar a sua liquidez, índices de cobertura adequados e mitigar riscos que possam impactar a disponibilidade de capital aplicado no curso normal dos negócios.

A Companhia monitora de forma constante indicadores relevantes como: i) índice de limite máximo de endividamento, na ausência de título emitido que determine o passivo oneroso máximo, deve-se observar o limite de até 1% do total de ativos da Companhia, conforme disposto em instrumento normativo interno; ii) índice de cobertura, evidencia o quanto das entradas de caixa representam das obrigações da Companhia de forma tempestiva.

Em 30 de setembro de 2024, a Companhia possui passivo oneroso de R\$ 291.088 (R\$ 375.638 em 31 de dezembro de 2023), conforme nota explicativa nº 14, para fins de apuração do índice de endividamento. O índice de cobertura apurado é de 100,22% no período findo em 30 de setembro de 2024 (86,37% em 31 de dezembro de 2023).



28.10 Garantias

Em 30 de setembro de 2024, a Companhia possui garantias reais vinculadas as operações de contas a receber referente a operações de arrendamento, locações de espaços, outras receitas adjacentes e a contratos com fornecedores no montante de R\$ 6.293 (R\$ 5.964 em 31 de dezembro de 2023).

A Companhia possui apólice de seguro fiança com o objetivo de oferecer garantias a processos judiciais, conforme demonstrado na nota explicativa n° 29 - Cobertura de Seguros. Em 30 de setembro de 2024, o montante de garantias oferecidas sob a modalidade de apólice era de R\$ 329.535 (R\$ 292.344 em 31 de dezembro de 2023).

29 Cobertura de seguros

O Metrô mantém apólices de seguros contratados junto às principais seguradoras do país definidas por licitação que levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 30 de setembro de 2024, a Companhia possui cobertura de seguros para cobrir possíveis riscos de perda material por incêndio, responsabilidade civil e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado, passageiros e construções, por valores considerados suficientes pela Administração. O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

	30/09/2024	31/12/2023
Limite máximo de indenizações		
Ativos materiais	1.188.092	1.206.188
Seguro garantia judicial	200.000	400.000
Seguro de responsabilidade civil - geral	93.500	93.500
Seguro garantia compra de energia	43.384	104.015
Seguro de responsabilidade civil - administradores	30.000	30.000
Riscos diversos	18.342	18.342
Total	<u>1.573.318</u>	<u>1.852.045</u>

www.metro.sp.gov.br

